



Publicação: 17/11/2021  
DJe: 16/11/2021  
(\* Retificação: 18/11/2021  
DJe: 17/11/2021  
(\* Republicação: 19/11/2021  
DJe: 18/11/2021  
(\* Republicação: 27/1/2022  
DJe: 26/1/2022  
(\* Republicação: 31/1/2022  
DJe: 28/1/2022

## RESOLUÇÃO Nº 977/2021

Determina a instalação da Vigésima Primeira Câmara Cível e da Nona Câmara Criminal, a especialização de Câmaras no Tribunal de Justiça e dá outras providências.

**O ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, VI, alínea "a", e VII do [art. 34 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 3](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 96 e 99 da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) e no art. 103 da [Constituição do Estado de Minas Gerais](#) sobre a competência e a iniciativa privativas do Tribunal de Justiça para, mediante ato próprio, organizar e dispor sobre as atribuições e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais;

CONSIDERANDO que o § 1º do art. 11 da [Lei Complementar estadual nº 59](#), de 18 de janeiro de 2001, "que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais", estabelece o quantitativo de cargos de Desembargadores do Tribunal de Justiça, possibilitando a instalação de mais duas câmaras em sua estrutura organizacional;

CONSIDERANDO que, na [Lei estadual nº 23.828](#), de 23 de julho de 2021, que "cria e extingue cargos do Quadros de Pessoal dos Servidores do Poder Judiciário do Estado, altera a [Lei nº 23.479](#), de 6 de dezembro de 2019 e dá outras providências", há previsão de cargos de Gerente de Cartório e Escrevente, necessários à composição dos cartórios das câmaras, e de cargos de Assessor Judiciário e Assistente Judiciário, necessários à estruturação dos gabinetes dos Desembargadores;

CONSIDERANDO que o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de que trata a [Resolução do Órgão Especial nº 952](#), de 27 de novembro de 2020, tem como objetivo garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores por meio do aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, visando ao desenvolvimento de políticas judiciárias que promovam efetividade e unidade ao



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Poder Judiciário, recomenda a criação de câmaras especializadas no âmbito dos Tribunais brasileiros;

CONSIDERANDO que a [Recomendação do CNJ nº 5](#), de 4 de julho de 2006, estabelece diretriz para os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios estudarem a conveniência, a viabilidade e a eventual implementação ou efetivação de varas especializadas em Família, Sucessões, Infância e Juventude e, no âmbito dos Tribunais, de Câmaras ou Turmas com competência exclusiva ou preferencial sobre as aludidas matérias;

CONSIDERANDO que o art. 2º da [Recomendação do CNJ nº 56](#), de 22 de outubro de 2019, estabelece que “os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios deverão criar ainda câmaras ou turmas especializadas em falência, recuperação empresarial e em outras matérias de Direito Empresarial, sempre que houver especialização de varas na primeira instância”;

CONSIDERANDO que, nos termos da [Lei nº 8.069](#), de 5 de julho de 1990, que garante a proteção integral à criança e ao adolescente, é “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”;

CONSIDERANDO que é atribuição do Presidente do TJMG “velar pelas prerrogativas do Poder Judiciário e da magistratura do Estado”, além de “exercer a superintendência geral dos serviços da secretaria do Tribunal”, conforme incisos I e II do [art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - RITJMG](#);

CONSIDERANDO as condições administrativas viáveis para se promover a instalação de duas câmaras especializadas no Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO, ainda, que o número de processos distribuídos entre as Câmaras Cíveis e Criminais atualmente existentes no Tribunal se mostra elevado, de modo a recomendar a instalação de mais duas câmaras dessas naturezas, buscando reequilibrar a distribuição de processos e melhorar a prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO, por fim, o que constou do Processo da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias nº 1.0000.21.231896-8/000 (Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0298581-97.2021.8.13.0000), bem como o que ficou decidido pelo próprio Órgão Especial em sessão ordinária realizada em 10 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam instaladas a Vigésima Primeira Câmara Cível e a Nona Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG.



§ 1º A distribuição dos feitos aos Desembargadores que integrarem as câmaras de que trata o "caput" do art. 1º desta Resolução ocorrerá a partir do primeiro dia útil subsequente à data designada para a posse e entrada em exercício dos magistrados de carreira para elas promovidos.

§ 2º O pedido de remoção, feito por desembargador em exercício, para uma das câmaras mencionadas neste artigo, produzirá seus efeitos na mesma data a que se refere o § 1º.

Art. 2º Na data designada para o início da distribuição dos feitos para a Vigésima Primeira Câmara Cível, ficam alteradas, "ad referendum" do Tribunal Pleno, as competências da Quarta, Oitava e Décima Sexta Câmaras Cíveis, na forma do art. 3º.

Art. 3º Ressalvada a competência jurisdicional do Órgão Especial, compete:

I - à Quarta e Oitava Câmaras Cíveis, processar e julgar, de forma exclusiva, as causas, recursos e incidentes relativos a:

a) direito das famílias, inclusive capacidade das pessoas e as ações de guarda, alimentos e adoção fundadas no Estatuto da Criança e do Adolescente e os danos materiais e morais praticados nas relações familiares;

b) direito das sucessões;

c) demais matérias descritas no Anexo I desta Resolução;

II - à Décima Sexta e Vigésima Primeira Câmaras Cíveis, processar e julgar, de forma exclusiva, as causas, recursos e incidentes relativos a:

a) direito empresarial;

b) registros públicos;

c) direito previdenciário no qual o INSS seja parte;

d) demais matérias descritas no Anexo II desta Resolução;

III - à Nona Câmara Criminal, processar e julgar, de forma exclusiva, as causas, recursos e incidentes, inclusive a ação penal originária e os crimes conexos, ressalvada a competência do Tribunal do Júri, relativos:

a) aos atos infracionais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

b) aos crimes relativos à violência doméstica;

c) à execução penal definitiva;

d) demais matérias descritas no Anexo III desta Resolução.



Art. 4º Na data de que trata o art. 2º, serão redistribuídos, mediante despacho, os recursos e as ações na forma do art. 3º, salvo aqueles em que haja relatório lançado ou cujo julgamento tenha se iniciado.

§ 1º As câmaras cíveis e criminais julgarão os recursos interpostos contra suas decisões e seus acórdãos, ainda que versem sobre as matérias do art. 3º, salvo o agravo interno interposto contra decisão que não tenha apreciado o mérito do recurso ou da ação originária, que será redistribuído na forma do art. 3º e do "caput" deste artigo.

§ 2º O cumprimento da sentença em causas de competência originária do Tribunal será processado observada a competência da câmara comum e da especializada.

§ 3º Havendo assunção de competência exclusiva, na data em que passarão a receber, por redistribuição, os feitos a que se refere o art. 3º, as Câmaras especializadas deverão enviar para a redistribuição às demais Câmaras todos os feitos que não são mais de sua competência, ainda sem relatório ou cujo julgamento ainda não tenha sido iniciado.

§ 4º O despacho a que se refere o "caput" deverá indicar qual o assunto e o código relacionados nos Anexos I, II e III desta Resolução.

Art. 5º A Vigésima Primeira Câmara Cível, a ser instalada, será composta, salvo se ocorrer remoção de Desembargador interessado em integrá-la, por:

I - 4 (quatro) magistrados de entrância especial, a serem promovidos nos termos do inciso III do art. 93 da [Constituição da República Federativa do Brasil](#); e

II - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais, a ser nomeado nos termos do art. 94 da [Constituição da República Federativa do Brasil](#).

Art. 6º A Nona Câmara Criminal, a ser instalada, será composta, salvo se ocorrer remoção de Desembargador interessado em integrá-la, por:

I - 4 (quatro) magistrados de entrância especial, a serem promovidos nos termos do inciso III do art. 93 da [Constituição da República Federativa do Brasil](#); e

II - 1 (um) representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a ser nomeado nos termos do art. 94 da [Constituição da República Federativa do Brasil](#).

Parágrafo único. Para o provimento dos cargos de que trata o "caput" dos arts. 5º e 6º, o Presidente do Tribunal de Justiça fará publicar edital, nos termos dos [art. 143 e seguintes do Regimento Interno do TJMG - RITJMG](#).

Art. 7º Ficam lotados, nos Cartórios das Câmaras instaladas por esta Resolução, os seguintes cargos de provimento em comissão, previstos na [Lei estadual nº 23.828](#), de 23 de julho de 2021:



I - na Vigésima Primeira Câmara Cível:

- a) 1 (um) cargo de Gerente de Cartório, de recrutamento limitado, código de grupo PJ-CH-01, código do cargo GC-L35, padrão de vencimento PJ-77;
- b) 1 (um) cargo de Escrevente, de recrutamento limitado, código de grupo PJ-CH-02, código do cargo EV-L35, padrão de vencimento PJ-69;

II - na Nona Câmara Criminal:

- a) 1 (um) cargo de Gerente de Cartório, de recrutamento limitado, código de grupo PJ-CH-01, código do cargo GC-L36, padrão de vencimento PJ-77;
- b) 1 (um) cargo de Escrevente, de recrutamento limitado, código de grupo PJ-CH-01, código do cargo EV-L36, padrão de vencimento PJ-69.

Art. 8º Ficam lotados, nos gabinetes das Câmaras instaladas por esta Resolução, os seguintes cargos de provimento em comissão, previstos na [Lei estadual nº 23.828](#), de 23 de julho de 2021:

I - na Vigésima Primeira Câmara Cível:

- a) 5 (cinco) cargos de Assessor Judiciário, de recrutamento limitado, código de grupo PJ-AS-01, código dos cargos AS-L141 a AS-L145, padrão de vencimento PJ-77;
- b) 15 (quinze) cargos de Assessor Judiciário, de recrutamento amplo, código de grupo PJ-AS-01, código dos cargos AS-A421 a AS-A435, padrão de vencimento PJ-77;
- c) 10 (dez) cargos de Assistente Judiciário, de recrutamento amplo, código de grupo PJ-AI-03, código dos cargos JU-281 a JU-290, padrão de vencimento PJ-41;

II - na Nona Câmara Criminal:

- a) 5 (cinco) cargos de Assessor Judiciário, de recrutamento limitado, código de grupo PJ-AS-01, código dos cargos AS-L146 a AS-L150, padrão de vencimento PJ-77;
- b) 15 (quinze) cargos de Assessor Judiciário, de recrutamento amplo, código de grupo PJ-AS-01, código dos cargos AS-A436 a AS-A450, padrão de vencimento PJ-77;
- c) 10 (dez) cargos de Assistente Judiciário, de recrutamento amplo, código de grupo PJ-AI-03, código dos cargos JU-291 a JU-300, padrão de vencimento PJ-41.

Art. 9º Fica alterado o Anexo II da [Resolução da Corte Superior nº 533](#), de 16 de março de 2007, na forma do Anexo IV desta Resolução.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Art. 10. O Presidente do Tribunal de Justiça remeterá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Resolução, proposta de emenda ao [Regimento Interno](#), a fim de que o Tribunal Pleno realize o "referendum" relativo à especialização das Câmaras mencionadas nos arts. 2º e 3º.

§ 1º Até que sejam efetivadas as alterações regimentais de que trata o "caput" deste artigo:

I - a Vigésima Primeira Câmara Cível integrará a Segunda Seção Cível;

II - a Nona Câmara Criminal integrará o Terceiro Grupo de Câmaras Criminais;

III - a Quarta e Oitava Câmaras Cíveis continuarão a integrar a Primeira Seção Cível;

§ 2º Até que a emenda ao Regimento Interno mencionada no § 1º seja apreciada pelo Tribunal Pleno, compete ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Primeiro Vice-Presidente editarem portaria conjunta para suprir omissões e permitir o correto funcionamento dos órgãos colegiados criados por este ato normativo.

§ 3º Compete ao Grupo Gestor das Tabelas Processuais Unificadas encaminhar à Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP e à Coordenadoria de Documentação, Revisão e Confecção de Atos Normativos - CODRAN eventuais modificações nas Tabelas Processuais Unificadas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça, para providências necessárias.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor no dia 17 de novembro de 2021.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2021.

Desembargador **GILSON SOARES LEMES**  
Presidente

***(\*) Republicado em decorrência de o original ter sido publicado com incorreção no DJe de 16 de novembro de 2021.***



**ANEXO I**

(a que se refere o inciso I do art. 3º da Resolução do Órgão Especial nº 977, de 16 de novembro de 2021)

<b>FAMÍLIA, SUCESSÕES E ECA</b>					<b>Cód CNJ</b>
Família					5626
Família	Alimentos				5779
Família	Alimentos	Exoneração			5787
Família	Alimentos	Fixação			6239
Família	Alimentos	Oferta			6238
Família	Alimentos	Revisão			5788
Família	Alimentos Gravídicos				14126
Família	Bem de Família (Voluntário)				7661
Família	Casamento				5808
Família	Casamento	Dissolução			7664
Família	Casamento	Dissolução	Partilha		14923
Família	Casamento	Nulidade / Anulação			5813
Família	Curatela				12241
Família	Curatela	Dispensa			12244
Família	Curatela	Levantamento			12242
Família	Curatela	Nomeação			12245
Família	Curatela	Remoção			12243
Família	Regime de Bens Entre os Cônjuges				7659
Família	Relações de Parentesco				10577
Família	Relações de Parentesco	Adoção de Maior			7671
Família	Relações de Parentesco	Alienação Parental			11977
Família	Relações de Parentesco	Busca e Apreensão de Menores			5801
Família	Relações de Parentesco	Guarda			5802
Família	Relações de Parentesco	Guarda com genitor ou responsável no			10936



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

		exterior			
Família	Relações de Parentesco	Investigação de Maternidade			7667
Família	Relações de Parentesco	Investigação de Paternidade			5804
Família	Relações de Parentesco	Regulamentação de Visitas			5805
Família	Relações de Parentesco	Suspensão ou Extinção do Poder Familiar			11986
Família	Relações de Parentesco	Suspensão ou Extinção do Poder Familiar	Extinção do Poder Familiar		12156
Família	Relações de Parentesco	Suspensão ou Extinção do Poder Familiar	Extinção do Poder Familiar	Perda por crime contra titular do mesmo poder ou descendente (L. 3.715/2018)	12383
Família	Relações de Parentesco	Suspensão ou Extinção do Poder Familiar	Suspensão do Poder Familiar		12155
Família	Tutela				12235
Família	Tutela	Dispensa			12237
Família	Tutela	Nomeação			12236
Família	Tutela	Remoção			12238
Família	União Estável ou Concubinato				7656
Família	União Estável ou Concubinato	Partilha			14924
Família	União Estável ou Concubinato	Reconhecimento / Dissolução			7677
Família	União Estável ou Concubinato	União Homoafetiva			7672
Família	Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores				7660
Família	Violência Doméstica Contra a Mulher				10948
Sucessões					7673
Sucessões	Administração de herança				7676
Sucessões	Cremação/Traslado				12162
Sucessões	Deserdação				5834





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Sucessões	Exclusão de herdeiro ou legatário				5832
Sucessões	Inventário e Partilha				7687
Sucessões	Nulidade e Anulação de Partilha e Adjudicação de Herança				5829
Sucessões	Nulidade e Anulação de Testamento				5825
Sucessões	Petição de Herança				5833
Sucessões	Sub-rogação de Vínculo				5831
CONSELHOS	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente				11835
Seção Cível					9964
Seção Cível	Abandono Intelectual				9966
Seção Cível	Abandono Material				9965
Seção Cível	Abuso Sexual				9968
Seção Cível	Adoção de Adolescente				9975
Seção Cível	Adoção de Criança				9974
Seção Cível	Adoção Internacional				9972
Seção Cível	Adoção Nacional				9973
Seção Cível	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente				12341
Seção Cível	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente	Apadrinhamento Afetivo			14672
Seção Cível	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente	Apadrinhamento Cultural			14675
Seção Cível	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente	Apadrinhamento Material			14673
Seção Cível	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente	Apadrinhamento Prestador de Serviço			14674
Seção Cível	Classificação indicativa				11819
Seção Cível	Conselhos tutelares				11821
Seção Cível	Entidades de				11820



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

	atendimento				
Seção Cível	Entrada e Permanência de Menores				9977
Seção Cível	Exploração do Trabalho Infantil				9969
Seção Cível	Exploração Sexual				11981
Seção Cível	Fundos				11817
Seção Cível	Infrações administrativas				11816
Seção Cível	Maus Tratos				9967
Seção Cível	Medidas de proteção				11818
Seção Cível	Perda ou Modificação de Guarda				12090
Seção Cível	Pobreza				9970
Seção Cível	Trabalho do adolescente				9979
Seção Cível	Uso ou Tráfico de Drogas				9971
Seção Cível	Viagem ao Exterior				9978
Seção Cível	Viagem Nacional				10941



**ANEXO II**

(a que se refere o inciso II do art. 3º da Resolução do Órgão Especial nº 977, de 16 de novembro de 2021)

<b>EMPRESARIAL, REGISTRO PÚBLICO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO</b>					<b>Cód CNJ</b>
Empresas					9616
Empresas	Espécies de Sociedades				9617
Empresas	Espécies de Sociedades	Anônima			9623
Empresas	Espécies de Sociedades	Coligadas			9626
Empresas	Espécies de Sociedades	Comandita por Ações			9624
Empresas	Espécies de Sociedades	Comandita Simples			9621
Empresas	Espécies de Sociedades	Conta de Participação			9618
Empresas	Espécies de Sociedades	Cooperativa			9625
Empresas	Espécies de Sociedades	Dependente de Autorização			9627
Empresas	Espécies de Sociedades	Em comum / De fato			9984
Empresas	Espécies de Sociedades	Estrangeira			9629
Empresas	Espécies de Sociedades	Limitada			9622
Empresas	Espécies de Sociedades	Nome Coletivo			9620
Empresas	Espécies de Sociedades	Simples			9619
Empresas	Mercado de Capitais				5009
Empresas	Mercado de Capitais	Bolsa de Valores			5010
Empresas	Recuperação judicial e Falência				4993
Empresas	Recuperação judicial e Falência	Administração judicial			9558
Empresas	Recuperação judicial e Falência	Autofalência			4998



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Empresas	Recuperação judicial e Falência	Classificação de créditos			9559
Empresas	Recuperação judicial e Falência	Concurso de Credores			5000
Empresas	Recuperação judicial e Falência	Convolação de recuperação judicial em falência			9556
Empresas	Recuperação judicial e Falência	Depósito Elisivo			10924
Empresas	Recuperação judicial e Falência	Ineficácia de atos em relação à massa			9555
Empresas	Recuperação judicial e Falência	Liquidação			5001
Empresas	Recuperação judicial e Falência	Recuperação extrajudicial			4994
Empresas	Recuperação judicial e Falência	Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa			5003
Empresas	Sociedade				5724
Empresas	Sociedade	Alteração de capital			9539
Empresas	Sociedade	Apuração de haveres			4933
Empresas	Sociedade	Cisão			9537
Empresas	Sociedade	Coligação			9533
Empresas	Sociedade	Constituição			4934
Empresas	Sociedade	Desconsideração da Personalidade Jurídica			4939
Empresas	Sociedade	Dissolução			4935
Empresas	Sociedade	Fusão			9536
Empresas	Sociedade	Incorporação			9535
Empresas	Sociedade	Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade			4940
Empresas	Sociedade	Liquidação			9538
Empresas	Sociedade	Responsabilidade dos sócios e administradores			4942
Empresas	Sociedade	Transferência de cotas			4943
Empresas	Sociedade	Transformação			9534
Pessoas Jurídicas	Associação				4897
Pessoas Jurídicas	Associação	Assembléia			4899



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Pessoas Jurídicas	Associação	Eleição			4902
Pessoas Jurídicas	Associação	Exclusão de associado			9546
Pessoas Jurídicas	Associação	Extinção			4904
Pessoas Jurídicas	Associação	Inclusão de associado			9545
Obrigações	Espécies de Contratos	Alienação Fiduciária			9582
Obrigações	Espécies de Contratos	Arrendamento Mercantil			9584
Obrigações	Espécies de Contratos	Arrendamento Rural			9583
Obrigações	Espécies de Títulos de Crédito	Debêntures			4971
Obrigações	Espécies de Contratos	Franquia			9608
Obrigações	Atos Unilaterais	Gestão de Negócios			7713
Obrigações	Preferências e Privilégios Creditórios				7696
Obrigações	Espécies de Contratos	Representação comercial			4813
Obrigações	Espécies de Contratos	Sistema Financeiro da Habitação	Seguro		4847
DIREITO PREVIDENCIÁRIO					195
Benefícios em Espécie					6094
Benefícios em Espécie	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)				6113
Benefícios em Espécie	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)				6100
Benefícios em Espécie	Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)				6096
Benefícios em Espécie	Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	Rural (Art. 48/51)			6098
Benefícios em Espécie	Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	Urbana (Art. 48/51)			6097
Benefícios em Espécie	Aposentadoria por Invalidez				6095



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Benefícios em Espécie	Aposentadoria por Invalidez Acidentária				10567
Benefícios em Espécie	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)				6118
Benefícios em Espécie	Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4)				6099
Benefícios em Espécie	Auxílio-Acidente (Art. 86)				6107
Benefícios em Espécie	Auxílio-Acidente (Art. 86)	Incapacidade Laborativa Parcial			6108
Benefícios em Espécie	Auxílio-Acidente (Art. 86)	Incapacidade Laborativa Permanente			6109
Benefícios em Espécie	Auxílio-Acidente (Art. 86)	Incapacidade Laborativa Temporária			6110
Benefícios em Espécie	Auxílio-Acidente (Art. 86)	Movimentos Repetitivos/Tenossinovite/LER/DO RT			6111
Benefícios em Espécie	Auxílio-Acidente (Art. 86)	Redução da Capacidade Auditiva			6112
Benefícios em Espécie	Auxílio-Doença Acidentário				7757
Benefícios em Espécie	Auxílio-Doença Previdenciário				6101
Benefícios em Espécie	Auxílio-Reclusão (Art. 80)				6105
Benefícios em Espécie	Ex-combatentes				6116
Benefícios em Espécie	Ferrovário				6115
Benefícios em Espécie	Pecúlios (Art. 81/5)				6106
Benefícios em Espécie	Pensão por Morte (Art. 74/9)				6104
Benefícios em Espécie	Renda Mensal Vitalícia				6117
Benefícios em Espécie	Salário-Família (Art. 65/70)				6102
Benefícios em Espécie	Salário-Maternidade (Art. 71/73)				6103
Disposições Diversas Relativas às Prestações					6160



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Disposições Diversas Relativas às Prestações	Atividade concomitante				6165
Disposições Diversas Relativas às Prestações	Decadência/Prescrição				6162
Disposições Diversas Relativas às Prestações	Declaração de Ausência				6164
Disposições Diversas Relativas às Prestações	Demonstrativo das importâncias pagas				6167
Disposições Diversas Relativas às Prestações	Habilitação e Reabilitação Profissional				6161
Disposições Diversas Relativas às Prestações	Inclusão de Dependente				6171
Disposições Diversas Relativas às Prestações	Limite Mínimo de Idade				6169
Disposições Diversas Relativas às Prestações	Perda da qualidade de segurado				6170
Disposições Diversas Relativas às Prestações	Períodos de Carência				6168
Disposições Diversas Relativas às Prestações	Regra de Transição para Aposentadoria - "Pedágio"				6172
Disposições Diversas Relativas às Prestações	Renúncia ao benefício				6166
Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie					6173
Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie	Concessão				6177
Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie	Conversão				6179



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie	Cumulação				6175
Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie	Data de Início de Benefício (DIB)				6174
Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie	Parcelas de benefício não pagas				6176
Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie	Restabelecimento				6178
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas					6119
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos				6138
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Abono da Lei 8.178/91			6153
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Aplicação de coeficiente de cálculo diverso do fixado na Lei n.º 8.213/91			6147
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Art. 144 da Lei 8.213/91 e/ou diferenças decorrentes			6151
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Art. 58 ADCT da CF/88			6140





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Correção Monetária de Benefício pago com atraso		6158
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Correção Monetária pela Súmula 71 TFR		6157
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Desconto do DL 1.910/81		6155
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Descontos dos benefícios		6156
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Expurgos inflacionários sobre os benefícios		6143
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Gratificação Natalina a partir da CF/88 (Art. 201, § 6º CF/88)		6152
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Índice de 4,02% da Lei 8.222/91		6154
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Manutenção do Benefício pela equivalência salarial		6142
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Reajustamento pelo IGP-DI		6146



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Reajustamento pelo INPC		6150
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Reajuste aplicado ao salário mínimo em setembro/94		6148
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Reajuste conforme Portaria MPAS 714/1993		6159
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Reajuste de 147%		6145
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Reajuste pela Súmula 260 do TFR		6139
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Salário Mínimo de Ncz\$ 120,00 para junho/89		6144
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Sistemática de conversão dos benefícios previdenciários em URVs		6149
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Sistemática de conversão dos benefícios previdenciários em URVs	Revisão do valor do benefício no primeiro reajuste após a concessão (Art. 21, § 3º, da Lei 8.880/1994)	11945
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	Reajustes e Revisões Específicos	Utilização do PNS no Reajuste de Benefícios		6141



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial				6120
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Alteração do coeficiente de cálculo de pensão			6134
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Alteração do coeficiente de cálculo do benefício			6135
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Alteração do teto máximo para o valor do benefício previdenciário do RGPS (EC 20 e 41)			11944
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Art. 26 da Lei 8.870/1994			11941
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Art. 29, II, da Lei 8.213/1991			11943
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Art. 29, § 5º, da Lei 8.213/1991			11942
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Benefício mínimo a partir da CF/88 (art. 201, § 2º CF/88)			6126
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Cálculo do Benefício de acordo com a Sistemática anterior à Lei 9.876/99			6132



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Cálculo do benefício de segurado especial de acordo com a Lei 9.876/99		6136
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Cálculo do fator previdenciário - Lei 9.876/99		6137
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Contribuição sobre vinte salários mínimos		6131
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Escala de Salário-Base		6130
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	IRSM de Fevereiro de 1994(39,67%)		6133
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Limitação do salário-de-benefício e da renda mensal inicial		6128
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Parcelas e índices de correção do salário-de-contribuição		6127
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	Parcelas e índices de correção do salário-de-contribuição	Inclusão do 13º salário (gratificação natalina) no PBC	11940
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	RMI cuja salário-de-benefício supera menor valor teto		6129



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	RMI da pensão de dependente de ex-combatente	6125
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	RMI pela equivalência entre Salário-de-Benefício e Salário-de-Contribuição	6123
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	RMI pelo art. 1º da Lei 6.423/77 - índices de atualização dos 24 1ºs salários-de-contribuição, anteriores aos 12 últimos)	6122
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	RMI pelo art. 202 CF/88 (média dos 36 últimos salários-de-contribuição)	6121
RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	RMI - Renda Mensal Inicial	RMI sem incidência de Teto Limitador	6124
Tempo de serviço			6181
Tempo de serviço	Averbação/Cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador)		6184
Tempo de serviço	Averbação/Cômputo de tempo de serviço de empregado doméstico		6187
Tempo de serviço	Averbação/Cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar)		6183
Tempo de serviço	Averbação/Cômputo de tempo de serviço urbano		6188
Tempo de serviço	Averbação/Cômputo do tempo de serviço como aluno aprendiz		6185
Tempo de serviço	Averbação/Cômputo do tempo de serviço militar		6186
Tempo de serviço	Averbação/Cômputo/Conversão de tempo de serviço especial		6182
Tempo de serviço	Certidão de Tempo de Serviço		6189
Tempo de serviço	Contagem Recíproca de Tempo de Serviço		6190



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

REGISTROS PÚBLICOS					7724
Registro Civil das Pessoas Naturais					7725
Registro Civil das Pessoas Naturais	Reconhecimento de Paternidade/Maternidade Socioafetiva				12771
Registro Civil das Pessoas Naturais	Registro de nascimento após prazo legal				7732
Registro Civil das Pessoas Naturais	Registro de Nascimento de Filho de Brasileiro Nascido no Exterior				7926
Registro Civil das Pessoas Naturais	Registro de Óbito após prazo legal				7925
Registro Civil das Pessoas Naturais	Retificação de Data de Nascimento				7834
Registro Civil das Pessoas Naturais	Retificação de Nome				7735
Registro Civil das Pessoas Naturais	Retificação de Sexo				7835
Registro de Imóveis					7895
Registro de Imóveis	Bloqueio de Matrícula				7899
Registro de Imóveis	Cancelamento de Hipoteca				7896
Registro de Imóveis	Cancelamento de Hipoteca	Por Remição			7911
Registro de Imóveis	Cancelamento de Hipoteca	Por Terceiro Prejudicado			7912
Registro de Imóveis	Inscrição na Matrícula de Registro Torrens				7897
Registro de Imóveis	Instituição de Bem de Família				7898
Registro de Imóveis	Retificação				14927
Tabelionato de Protestos de Títulos					7729
Tabelionato de Protestos de Títulos	Cancelamento de Protesto				7737
Coisas	Propriedade	Propriedade Intelectual / Industrial	Marca		4680



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Coisas	Propriedade	Propriedade Intelectual / Industrial	Patente		4660
Coisas	Propriedade	Propriedade Fiduciária			10481
Coisas	Propriedade	Aquisição	Usucapião da L 6.969/1981		10500
Coisas	Propriedade	Aquisição	Usucapião Especial (Constitucional)		10457
Coisas	Propriedade	Aquisição	Usucapião Extraordinária		10458
Coisas	Propriedade	Aquisição	Usucapião Ordinária		10459



**ANEXO III**

(a que se refere o inciso III do art. 3º da Resolução do Órgão Especial nº 977, de 16 de novembro de 2021)

<b>ECA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EXECUÇÃO PENAL DEFINITIVA</b>					<b>Cód CNJ</b>
Ato Infracional					9634
Ato Infracional	Análogo a Crime Culposo				9916
Ato Infracional	Análogo a Crime Tentado				9915
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça				9932
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Arrebatamento de preso			9946
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Auto-acusação falsa			9936
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Coação no curso do processo			9938
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Comunicação falsa de crime ou de contravenção			9935
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Denúnciação caluniosa			9934
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direitos			9953
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel em estabelecimento prisional			11939
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Evasão mediante violência contra a pessoa			9945
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Exercício arbitrário das próprias razões			9939
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Exercício arbitrário ou abuso de poder			9943





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Exploração de prestígio			9951
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Falso testemunho ou falsa perícia			9937
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Favorecimento pessoal			9941
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Favorecimento real			9942
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Fraude processual			9940
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança			9944
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Motim de presos			9947
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Patrocínio infiel			9948
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Patrocínio simultâneo ou tergiversação			9949
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Reingresso de estrangeiro expulso			9933
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório			9950
Ato Infracional	Contra a Administração da Justiça	Violência ou fraude em arrematação judicial			9952
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual				9740
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Assédio Sexual			9749
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Atentado ao Pudor Mediante Fraude			9744
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Atentado Violento ao Pudor			9743



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Casa de Prostituição			9751
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Corrupção de Menores			9745
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia			12385
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Estupro			9742
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Estupro de Vulnerável			11456
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Favorecimento da Prostituição			9750
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Favorecimento de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual			11457
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Favorecimento de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual de Vulnerável			11458
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Importunação Sexual			12384
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Mediação para Servir a Lascívia de Outrem			9747
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Posse Sexual Mediante Fraude			9748
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Rufianismo			9752
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Satisfação de Lascívia Mediante Presença de Criança ou Adolescente			11459
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Tráfico Internacional de Pessoa para Fim de Exploração Sexual			9741
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Tráfico Internacional de Pessoas			9753
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Tráfico Interno de Pessoa para Fim de Exploração Sexual			11460
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Tráfico Interno de Pessoas			9754
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Ultraje Público ao Pudor (Ato/Escrito Obsceno)			9746
Ato Infracional	Contra a dignidade sexual	Violação Sexual Mediante Fraude			11461
Ato Infracional	Contra a Família				9755



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra a Família	Crime contra o Pátrio-Poder e Tutela			9770
Ato Infracional	Contra a Família	Crime contra o Pátrio-Poder e Tutela	Induzimento a Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes (Art. 248)		9771
Ato Infracional	Contra a Família	Crime contra o Pátrio-Poder e Tutela	Subtração de Incapazes (Art. 249)		9772
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes Contra a Assistência Familiar			9756
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes Contra a Assistência Familiar	Abandono Intelectual		9758
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes Contra a Assistência Familiar	Abandono Material		9757
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes Contra a Assistência Familiar	Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea		9759
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes contra o Casamento			9760
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes contra o Casamento	Bigamia		9761
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes contra o Casamento	Conhecimento Prévio de Impedimento		9762
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes contra o Casamento	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento		9763
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes contra o Casamento	Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento		9765
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes contra o Casamento	Simulação de Casamento		9764
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes Contra o Estado de Filiação			9766
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes Contra o Estado de Filiação	Parto Suposto (Art. 242)		9767
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes Contra o Estado de Filiação	Registro de Nascimento Inexistente (Art. 241)		9768
Ato Infracional	Contra a Família	Crimes Contra o Estado de Filiação	Sonegação do Estado de Filiação (Art. 243)		9769
Ato Infracional	Contra a Fé Pública				9807



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor		9827
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301, caput)		9817
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Emissão de título ao portador sem permissão legal (art. 292)		9810
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Falsa identidade		9824
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Falsidade de atestado médico (art. 302)		9819
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Falsidade ideológica (art. 299)		9815
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Falsidade material de atestado ou certidão (art. 301, § 1º)		9818
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Falsificação de documento particular (art. 298)		9814
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Falsificação de documento público		9813
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Falsificação de papéis públicos (art. 293)		9811
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Falsificação do selo ou sinal público (art. 296)		9812
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins (art. 306)		9823
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Falso reconhecimento de firma ou letra (art. 300)		9816
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Fraude de lei sobre estrangeiros		9825
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Moeda Falsa / Assimilados		9808
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Petrechos de Falsificação de Papéis Públicos		9826
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Petrechos para falsificação de moeda (art. 291)		9809



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica (art. 303)			9820
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Supressão de documento (art. 305)			9822
Ato Infracional	Contra a Fé Pública	Uso de documento falso (art. 304)			9821
Ato Infracional	Contra a Honra				9655
Ato Infracional	Contra a Honra	Calúnia			9656
Ato Infracional	Contra a Honra	Difamação			9657
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria			9658
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Preconceituosa		12547
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Preconceituosa	Condição de Pessoa Idosa	14112
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Preconceituosa	Condição de Pessoa Portadora de Deficiência	14113
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Preconceituosa	Cor	14111
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Preconceituosa	Etnia	14110
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Preconceituosa	Identidade de Gênero	14115
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Preconceituosa	Orientação Sexual	14114
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Preconceituosa	Origem	14109
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Preconceituosa	Raça	14108
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Real		12546
Ato Infracional	Contra a Honra	Injúria	Simplex		12545
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública				9773



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Arremesso de projétil			9783
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Atentado contra a segurança de serviços de utilidade pública (art. 265)			9784
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Atentado contra a segurança de transporte público			9782
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Charlatanismo (Art. 283)			9791
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Corrupção ou Poluição de Água Potável (Art. 271)			9792
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Curandeirismo (Art. 284)			9793
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Desabamento ou desmoronamento (art. 256)			9778
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Desabamento ou desmoronamento culposo			11970
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Desastre ferroviário / Perigo de Desastre Ferroviário			9781
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Desastre ferroviário culposo			11973
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Difusão culposa de doença ou praga			11971
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Difusão de doença ou praga (art. 259)			9780
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Emprego de Processo Proibido/Substância não permitida			9787
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Envenenamento de Água Potável / Substância Alimentícia ou Medicinal (Art. 270)			9794
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Epidemia (art. 267)			9786
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica (art. 282)			9790
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Explosão			9775
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Explosão culposa			11964
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Fabrico / Fornecimento / Aquisição / Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico ou Asfixiante			9800



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Falsificação / Corrupção / Adulteração / Alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais			9789
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Falsificação / Corrupção / Adulteração / Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios			9795
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Incêndio			9774
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Incêndio culposo			11962
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Infração de Medida Sanitária Preventiva (Art. 268)			9796
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Interrupção /perturbação de serviços telegráficos/telefônicos (art. 266)			9785
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Inundação / Perigo de Inundação			9777
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Inundação culposa			11968
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Invólucro ou recipiente com falsa indicação (art. 275)			9788
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Medicamento em Desacordo com Receita Médica			9802
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Omissão de Notificação de Doença (Art. 269)			9797
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Outras Substâncias Nocivas a Saúde Pública (Art. 278)			9798
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Substância Destinada à Falsificação (Art. 277)			9799
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento (art. 257)			9779
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Uso culposo de gás tóxico ou asfíxiante			11965
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Uso de gás tóxico ou asfíxiante			9776
Ato Infracional	Contra a Incolumidade Pública	Venda de Produtos ou Substância nas Condições dos Artigos 274 e 275			9801
Ato Infracional	Contra a inviolabilidade de correspondência				9666



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra a inviolabilidade de correspondência	Sonegação ou destruição de correspondência (art. 151, § 1º, I)			9668
Ato Infracional	Contra a inviolabilidade de correspondência	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica (art. 151, § 1º, II, III e IV)			9669
Ato Infracional	Contra a inviolabilidade de correspondência	Violação de correspondência (art. 151, caput)			9667
Ato Infracional	Contra a inviolabilidade de correspondência	Violação de Correspondência comercial (art. 152)			9670
Ato Infracional	Contra a inviolabilidade de domicílio				9664
Ato Infracional	Contra a inviolabilidade de domicílio	Violação de domicílio (art. 150)			9665
Ato Infracional	Contra a inviolabilidade de segredo				9671
Ato Infracional	Contra a inviolabilidade de segredo	Divulgação de segredo (art. 153)			9672
Ato Infracional	Contra a inviolabilidade de segredo	Violação do segredo profissional (art. 154)			9673
Ato Infracional	Contra a liberdade pessoal				9659
Ato Infracional	Contra a liberdade pessoal	Ameaça (art. 147)			9661
Ato Infracional	Contra a liberdade pessoal	Análogo à Violência Psicológica contra a Mulher			14944
Ato Infracional	Contra a liberdade pessoal	Constrangimento ilegal (art. 146)			9660
Ato Infracional	Contra a liberdade pessoal	Perseguição (art. 147-A)			14686
Ato Infracional	Contra a liberdade pessoal	Redução a condição análoga à de escravo (art. 149)			9663
Ato Infracional	Contra a liberdade pessoal	Seqüestro e cárcere privado (art. 148)			9662
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho				9722





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional (art. 207)			9732
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Aliciamento para fins de emigração (art. 206)			9731
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Atentado contra a liberdade de associação (art. 199)			9725
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta (art. 198)			9724
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Atentado contra a liberdade de trabalho (art. 197)			9723
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Exercício de atividade com infração de decisão administrativa (art. 205)			9730
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Frustração de direitos assegurados por lei trabalhista (art. 203)			9729
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho (art. 204)			9733
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem (art. 202)			9728
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Paralisação de trabalho de interesse coletivo (art. 201)			9727
Ato Infracional	Contra a Organização do Trabalho	Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem (art. 200)			9726
Ato Infracional	Contra a Paz Pública				9803
Ato Infracional	Contra a Paz Pública	Apologia de Crime ou Criminoso			9806
Ato Infracional	Contra a Paz Pública	Associação Criminosa (Art. 288)			14687
Ato Infracional	Contra a Paz Pública	Constituição de Milícia Privada (Art. 288-A)			14688
Ato Infracional	Contra a Paz Pública	Incitação ao Crime			9805



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra a Paz Pública	Quadrilha ou Bando (art. 288)			9804
Ato Infracional	Contra a Propriedade Intelectual				9720
Ato Infracional	Contra a Propriedade Intelectual	Violação de direito autoral			9721
Ato Infracional	Contra a vida				9635
Ato Infracional	Contra a vida	Feminicídio			12358
Ato Infracional	Contra a vida	Homicídio Agravado pelo Extermínio de Seres Humanos			12131
Ato Infracional	Contra a vida	Homicídio Privilegiado			9637
Ato Infracional	Contra a vida	Homicídio Qualificado			9638
Ato Infracional	Contra a vida	Homicídio Simples			9636
Ato Infracional	Contra a vida	Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio			9639
Ato Infracional	Contra a vida	Infanticídio			9640
Ato Infracional	Contra as Finanças Públicas				9955
Ato Infracional	Contra as Finanças Públicas	Assunção de Obrigação no Último Ano do Mandato ou Legislatura			9958
Ato Infracional	Contra as Finanças Públicas	Aumento de Despesa com Pessoal no Último Ano do Mandato ou Legislatura			9962
Ato Infracional	Contra as Finanças Públicas	Contratação de Operação de Crédito			9956
Ato Infracional	Contra as Finanças Públicas	Inscrição de Despesas Não Empenhadas			9957
Ato Infracional	Contra as Finanças Públicas	Não Cancelamento de Restos a Pagar			9961
Ato Infracional	Contra as Finanças Públicas	Oferta Pública ou Colocação de Títulos no Mercado			9963
Ato Infracional	Contra as Finanças Públicas	Ordenação de Despesa Não Autorizada			9959



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra as Finanças Públicas	Prestação de Garantia Graciosa			9960
Ato Infracional	Contra o Patrimônio				9674
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Abuso de Incapazes			9714
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria			9708
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Alteração de limites (art. 161, caput)			9682
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Alteração de local especialmente protegido (art. 166)			9688
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Apropriação de Coisa Achada			9706
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Apropriação de Coisa Haver por Erro, Caso Fortuito ou Força da Natureza (art.169)			9696
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Apropriação de Tesouro			9705
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Apropriação indébita (art. 168, caput)			9695
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Apropriação indébita Previdenciária (art. 168-A e Lei 8.212/91)			9689
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Dano (art. 163)			9685
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico (art. 165)			9687
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Dano Qualificado			9704
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Dano Qualificado contra a Administração Pública (Art. 163, parágrafo único, III)			14700
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Defraudação de Penhor			9709
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Disposição de coisa alheia como própria			9707
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Duplicata Simulada			9713
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Emissão Irregular de Conhecimento de Depósito ou "Warrant"			9718
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Esbulho possessório (art. 161, § 1º, II)			9684



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Estelionato			9690
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Estelionato contra Idoso (Art. 171, § 4º)			14693
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Estelionato Majorado (art. 171, § 3º)			9691
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Extorsão (art. 158)			9679
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Extorsão indireta (art. 160)			9681
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Extorsão mediante Sequestro Seguida de Lesão Corporal Grave			9702
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Extorsão mediante seqüestro (art. 159)			9680
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Extorsão mediante Seqüestro Seguida de Morte			9701
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Fraude à execução (art. 179)			9693
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Fraude na Entrega de Coisa			9710
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Fraude no Comércio			9716
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Fraude no Pagamento por Meio de Cheque			9712
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Fraude para Recebimento de Indenização ou Valor de Seguro			9711
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Fraudes e Abusos na Fundação ou Administração de Sociedade por Ações			9717
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Furto (art. 155)			9675
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Furto de coisa comum (art. 156)			9677
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Furto de Veículo Automotor a ser Transportado para outro Estado ou Exterior			9698
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Furto Privilegiado			9697



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Furto Qualificado (Art. 155, § 4o.)			9676
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Induzimento à Especulação			9715
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia (art. 164)			9686
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Latrocínio			9700
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Outras fraudes			9692
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Receptação			9694
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Receptação Qualificada			9719
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Roubo (art. 157)			9678
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Roubo Majorado			9699
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Supressão ou Alteração de Marca em Animais			9703
Ato Infracional	Contra o Patrimônio	Usurpação de águas (art. 161, § 1º, I)			9683
Ato Infracional	Contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos				9734
Ato Infracional	Contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	Destruição / Subtração / Ocultação de Cadáver			9735
Ato Infracional	Contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária (Art. 209)			9736
Ato Infracional	Contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	Ultraje / Impedimento ou Perturbação de Culto Religioso			9739
Ato Infracional	Contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	Vilipêndio a Cadáver			9737
Ato Infracional	Contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	Violação a Sepultura (Art. 210)			9738
Ato Infracional	Contravenções Penais				9914



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Lesões Corporais				9641
Ato Infracional	Lesões Corporais	Análogo à Lesão Corporal em Razão da Condição de Mulher			14945
Ato Infracional	Lesões Corporais	Decorrente de Violência Doméstica			9647
Ato Infracional	Lesões Corporais	Decorrente de Violência Doméstica	Contra a mulher		12196
Ato Infracional	Lesões Corporais	Grave			9644
Ato Infracional	Lesões Corporais	Gravíssima			9645
Ato Infracional	Lesões Corporais	Leve			9642
Ato Infracional	Lesões Corporais	Privilegiada			9646
Ato Infracional	Lesões Corporais	Seguida de Morte			9643
Ato Infracional	Periclitacão da Vida e da Saúde				9648
Ato Infracional	Periclitacão da Vida e da Saúde	Abandono de incapaz (art. 133)			9651
Ato Infracional	Periclitacão da Vida e da Saúde	Condicionamento de Atendimento Médico Hospitalar Emergencial (Art. 135-A)			14691
Ato Infracional	Periclitacão da Vida e da Saúde	Omissão de socorro (art. 135)			9652
Ato Infracional	Periclitacão da Vida e da Saúde	Perigo de contágio de moléstia grave			9649
Ato Infracional	Periclitacão da Vida e da Saúde	Perigo de Contágio Venéreo			9654
Ato Infracional	Periclitacão da Vida e da Saúde	Perigo para a vida ou saúde de outrem (art. 132)			9650
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral				9828
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Abandono de função (art. 323)			9841



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Advocacia administrativa (art. 321)			9839
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Concussão (art. 316, caput)			9833
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Condescendência criminosa (art. 320)			9838
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Corrupção passiva (art. 317)			9835
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas (art. 315)			9832
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Excesso de exação (art. 316, §§ 1º e 2º)			9834
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado (art. 324)			9842
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento (art. 314)			9831
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318)			9836



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A)		9845
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (art. 313-B)		9846
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Peculato (art. 312, caput e § 1º)		9829
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Peculato mediante erro de outrem (art. 313)		9830
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Prevaricação		9837
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Violação do sigilo de proposta de concorrência (art. 326)		9844
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Violação do sigilo funcional (art. 325)		9843
Ato Infracional	Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral	Violência arbitrária (art. 322)		9840
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral			9917
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Contrabando ou descaminho (art. 334)		9927





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Corrupção ativa (art. 333)			9921
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Desacato (art. 331)			9926
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Desobediência (art. 330)			9925
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência (art. 335)			9922
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Inutilização de edital ou de sinal (art. 336)			9923
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Resistência (art. 329)			9919
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A e Lei 8.212/91)			9928
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Subtração ou inutilização de livro ou documento (art. 337, caput)			9924
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Tráfico de influência (art. 332)			9920
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração em Geral	Usurpação de função pública (art. 328)			9918
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira				9929
Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira	Corrupção Ativa em Transação Comercial Internacional			9930



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira	Tráfico de Influência em Transação Comercial Internacional		9931
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante			9847
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Agrários		9904
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Administração da Justiça - Lei da Ação de Alimentos		9913
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Economia Popular		9856
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Ordem Econômica		9875
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Ordem Tributária		9874
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Propriedade Industrial		9848
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Propriedade Industrial	Cometidos por Meio de Marca, Título de Estabelecimento e Sinal de Propaganda	9852
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Propriedade Industrial	Contra as Marcas	9851
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Propriedade Industrial	Contra Indicações Geográficas e Demais Indicações	9853
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Propriedade Industrial	Contra os Desenhos Industriais	9850
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Propriedade Industrial	Contra Patente de Invenção	9849
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Propriedade Industrial	De Concorrência Desleal	9854



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social			9871
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra as Relações de Consumo			9876
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra as Telecomunicações			9889
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Meio Ambiente			9878
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Meio Ambiente	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)		9882
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Meio Ambiente	Atividades Nucleares (Lei 6.453/77)		9883
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Meio Ambiente	Caça (Lei nº 5.197/67)		9884
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Meio Ambiente	Contra a Fauna		9879
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Meio Ambiente	Contra a Flora		9880
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Meio Ambiente	Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural		11779
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Meio Ambiente	Da Poluição		9881
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Meio Ambiente	Genética (Lei nº 8.974/95)		9886
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Meio Ambiente	Pesca (Lei nº 5.197/67, Lei nº 7.643/87, Lei 7.679/88, DL 221/67)		9887
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o mercado de capitais			9896
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Serviço Postal e o Serviço de Telegrama			9870



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Contra o Sistema Financeiro Nacional			9872
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Da Lei de licitações			9899
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Da Lei de remoção de órgãos e tecidos			9900
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores			9888
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	de Abuso de Autoridade			9857
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De genocídio			9897
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Imprensa			9894
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Quebra de Sigilo Financeiro			9907
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	de Responsabilidade			9855
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tortura			9891
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas			9858
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins		9864
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	Colaboração com Grupo, Organização ou Associação Destinados à Produção ou Tráfico de Drogas		9866
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	Condução de Embarcação ou Aeronave sob Efeito de Drogas		9868



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	Fabricação de Objeto Destinado a Produção de Drogas e Condutas Afins	9861
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	Financiamento ou Custeio de Produção ou Tráfico de Drogas	9865
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	Indução, Instigação ou Auxílio ao Uso de Drogas	9862
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	Oferecimento de Drogas para Consumo Conjunto	9863
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	Posse de Drogas para Consumo Pessoal	9860
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	Prescrição Culposa de Drogas	9867
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	Tráfico de Drogas e Condutas Afins	9859
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	De Trânsito		9892
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Do Código Brasileiro de Telecomunicações		9908
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Do Sistema Nacional de Armas		9893
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Eleitorais		9906
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Estatuto da criança e do adolescente		9895
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Estatuto do Idoso		9909
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Falimentares		9911
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Militares		9912



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Parcelamento do solo urbano			9910
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Praticados contra os índios e a cultura indígena			9901
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Previstos na Lei de Estrangeiros			9890
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Previstos na Lei Maria da Pena			14228
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Previstos na Lei Maria da Pena	Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência		14229
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Previstos no Estatuto do Torcedor			11896
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Racismo			14699
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Recusa, retardamento ou omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura de Ação Civil Pública			9903
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Relacionados à Comissão Parlamentar de Inquérito			9905
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Representação caluniosa			9877
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares			9869
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor			9873
Ato Infracional	Previstos na Legislação Extravagante	Sigilo Telefônico			9898
Ato Infracional	Rixa (art. 137)				9653
Ato Infracional	Violência Doméstica Contra a Mulher				11979



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Medidas Sócio-educativas					10688
Medidas Sócio-educativas	Advertência				11386
Medidas Sócio-educativas	Internação com atividades externas				11387
Medidas Sócio-educativas	Internação Compulsória				12030
Medidas Sócio-educativas	Internação Provisória				12157
Medidas Sócio-educativas	Internação sem atividades externas				11388
Medidas Sócio-educativas	Liberdade assistida				11389
Medidas Sócio-educativas	Obrigação de reparar o dano				11390
Medidas Sócio-educativas	Prestação de serviços à comunidade				11391
Medidas Sócio-educativas	Semiliberdade				11392
Lesão Corporal	Decorrente de Violência Doméstica				5560
Lesão Corporal	Decorrente de Violência Doméstica	Contra a Mulher			12194
Lesão Corporal	Decorrente de Violência Doméstica	Contra pessoas não identificadas como mulher			12195
Lesão Corporal	Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher				14943
Violência Doméstica Contra a Mulher					10949
Crimes contra a vida	Feminicídio				12091



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Crimes Previstos na Legislação Extravagante	Crimes Previstos na Lei Maria da Penha				14226
Crimes Previstos na Legislação Extravagante	Crimes Previstos na Lei Maria da Penha	Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência			14227
Execução Penal e de Medidas Alternativas					7942
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Acordo de Não Persecução Penal				12730
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Medidas de Segurança				7793
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Medidas de Segurança	Internação			7795
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Medidas de Segurança	Tratamento Ambulatorial			7794
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena de Multa				7792
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade				7791
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Comutação de Pena			14929
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Contagem de Prazo para os Benefícios			14931
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Falta Grave			14930





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Livramento condicional			10636
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Monitoração Eletrônica			14932
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Progressão de Regime			10635
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Regressão de Regime			10906
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Remição			10637
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Saídas Temporárias			14933
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Transferência de Preso			10907
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Privativa de Liberdade	Unificação de Pena			14934
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Restritiva de Direitos				7790
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Restritiva de Direitos	Interdição Temporária de Direitos			7788
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Restritiva de Direitos	Limitação de Fim de Semana			7789



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Restritiva de Direitos	Perda de Bens e Valores			7786
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Restritiva de Direitos	Prestação de Serviços à Comunidade			7787
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Pena Restritiva de Direitos	Prestação Pecuniária			7785
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Suspensão Condicional de Processo				12732
Execução Penal e de Medidas Alternativas	Transação Penal				12731

**ANEXO IV**

(a que se refere o art. 9º da Resolução do Órgão Especial nº 977, de 16 de novembro de 2021)

**“ANEXO II**

(a que se refere o inciso II do art. 1º da [Resolução da Corte Superior nº 533](#), de 16 de março de 2007)

Lotação dos cargos de provimento em comissão, nas unidades organizacionais previstas na [Resolução do Órgão Especial nº 915](#), de 19 de fevereiro de 2020.

Órgão de lotação do cargo		Cargo			Recrutamento
		Quantidade	Denominação	Código	
1	Gabinete do 1º Vice-Presidente	1	Assessor Técnico II	AT-A11	Amplo
1.1	Serviço de Apoio ao Gabinete do 1º Vice-Presidente	1	Coordenador de Serviço	CS-A1	Amplo
2	Assessoria da 1ª Vice-Presidência	1	Assessor Jurídico da 1ª Vice-Presidência	AV-L1	Limitado
		7	Assessor Jurídico II	AJ-L12 a AJ-L16; AJ-L25 e AJ-L28	Limitado



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

		3	Assessor Jurídico II	AJ-A8, AJ-A9 e AJ-A12	Ampla
		1	Assessor Técnico II	AT-L10	Limitado
3	Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária	1	Diretor de Secretaria	DS-L2	Limitado
		1	Assessor Técnico II	AT-L12	Limitado
3.1	Centro de Padronização da Prestação Jurisdicional na 2ª Instância	1	Gerente	GE-L26	Limitado
3.2	Centro de Informações de Resultados da Prestação Jurisdicional na 2ª Instância	1	Assessor Especial II	ES-L2	Limitado
3.3	Centro de Suporte Técnico ao Processo Judicial Eletrônico na Segunda Instância	1	Gerente	GE-L38	Limitado
3.4	Gerência dos Núcleos de Apoio à Gestão de Gabinetes e de Gerenciamento de Precedentes	1	Gerente	GE-L39	Limitado
3.4.1	Núcleo de Apoio à Gestão de Gabinetes	1	Coordenador de Área	CA-L3	Limitado
3.4.2	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes	1	Coordenador de Área	CA-L89	Limitado
4	Gabinete dos Desembargadores	450	Assessor Judiciário	AS-A1 a AS-A450	Ampla
		150	Assessor Judiciário	AS-L1 a AS-L150	Limitado
		300	Assistente Judiciário	JU-A1 a JU-A300	Ampla
5	Gerência dos Cartórios das Câmaras	30	Gerente de Cartório	GC-L1 a GC-L23; GC-L29; GC-L30; GC-L32, GC-L33 a GC-L36	Limitado



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

		30	Escrevente	EV-L1 a EV-L23; EV-L30; EV-L31; EV-L32, EV-L33 a EV-L36	Limitado
6	Gerências dos Cartórios de Recursos a Outros Tribunais	4	Gerente de Cartório	GC-L25 a GC-L28	Limitado
		4	Escrevente	EV-L26 a EV-L29	Limitado
7	Gerências dos Cartórios de Feitos Especiais	2	Gerente de Cartório	GC-L24 e GC-L31	Limitado
		2	Escrevente	EV-L24 e EV-L25	Limitado
8	Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional	1	Diretor Executivo	DE-L6	Limitado
8.1	Assessoria Técnica e Jurídica de Suporte à Prestação Jurisdicional	1	Assessor Técnico II	AT-A12	Amplo
8.2	Gerência de controle e Informação Processual	1	Gerente	GE-L19	Limitado
8.2.1	Coordenação de Protocolo Geral	1	Coordenador de Área	CA-L7	Limitado
8.2.2	Coordenação de Atendimento e Informações Processuais	1	Coordenador de Área	CA-L8	Limitado
8.3	Gerência Judiciária	1	Gerente	GE-L18	Limitado
8.3.1	Núcleo de Exame Prévio à Distribuição e Regularização de Petitionamento	1	Coordenador de Área	CA-L1	Limitado
8.3.2	Coordenação de Processos Originários e Recursais	1	Coordenador de Área	CA-L2	Limitado
8.3.3	Coordenação de Distribuição e de Medidas Urgentes	1	Coordenador de Área	CA-L6	Limitado
8.4	Gerência de Digitalização e Autuação	1	Gerente	GE-L17	Limitado
8.4.1	Coordenação de Autuação	1	Coordenador de Área	CA-L5	Limitado



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

8.4.2	Coordenação de Digitalização e Indexação	1	Coordenador de Área	CA-L4	Limitado
8.5	Central de Registro das Sessões de Julgamento e Administrativas	1	Coordenador de Área	CA-L9	Limitado
8.6	Serviço de Apoio à Sessão de Julgamento e Cumprimento de Mandados	1	Coordenador de Serviço	CS-L1	Limitado